

Cidades Medievais

O Apogeu da Cidade Medieval.

Jacques Le Goff.

Ed. Martins Fontes, 1992 (235 páginas).

Fundada sobre o surgimento de um terceiro “estado”, de uma terceira categoria sócio-econômica, a saber, a burguesia, se apresenta a cidade medieval, enquanto manifestação histórica peculiar do período que abrange os séculos XII, XIII, XIV. Burguesia e cidades da Baixa Idade Média “nascem” juntas; o surgimento de uma explica a existência da outra, e vice-versa. Firmando-se sobre essa representação da cidade medieval que se constitui na sua identificação com a burguesia, ambas fenômenos de desenvolvimento histórico correlato, o historiador francês Jacques Le Goff, em *O Apogeu da Cidade Medieval* (Martins Fontes, 235 páginas), traça um mapa da realidade física e imaginária da França urbana medieval, que tem seu desenvolvimento essencial no século XII. O volume publicado no Brasil é tradução de parte integrante do segundo tomo da *Histoire de la France Urbaine*,

coleção em cinco volumes, compreendendo a História urbana francesa desde a Antigüidade até os dias atuais, dirigida por Georges Duby. Embora a França ocupe o primeiro plano, a reflexão acerca da constituição da cidade medieval se estende para o resto da Europa Ocidental Medieval.

“Há clérigos por toda parte, os nobres estão sobretudo fora da cidade, os pobres estão igualmente por toda parte, nas cidades mas também nos campos e estradas. Burgueses, só os há nas cidades. A originalidade da cidade medieval é a burguesia.” (p. 169). Esta constatação de Le Goff se faz acrescentar da observação do fato de o desenvolvimento geral da cidade medieval nortear-se pelas necessidades e práticas desses mesmos burgueses. Explorando a realidade física e material da cidade, e em seguida, prato diletto da História das Mentalidades, sua realidade invisível, ou seja, as mentalidades,

atitudes e imaginário urbanos, Le Goff acaba por fornecer uma história dos movimentos - econômico, político, social, cultural - empreendidos pelos sujeitos que se denominaram burgueses (ou habitantes dos burgos).

A burguesia medieval define-se como uma categoria sócio-econômica que, mediante o pagamento de uma taxa e um juramento, possui o direito de burguesia, que lhe proporciona o gozo de privilégios econômicos. Tais privilégios foram “arrancados” dos poderes senhoriais, eclesiásticos ou reais pelos próprios burgueses; e lhes possibilita o exercício de suas atividades econômicas: a prática comercial, o artesanato e as operações financeiras. Dessas atividades advêm suas fortunas, que acabam sendo a referência explícita para discriminá-los de outros trabalhadores citadinos mais pobres. No outro extremo, a camada superior dessa burguesia, designada patriciado, tenta se imiscuir na nobreza. Nesse caso, apela-se para as mentalidades e atitudes para a diferenciação dessas duas classes; diferenciação capital para a compreensão do fenômeno inovador que constituiu a explosão da burguesia na Baixa Idade Média. Há divergências

profundas nas atividades, sentimentos e interesses de nobres e burgueses. Enquanto os nobres permanecem ligados à vida guerreira, os burgueses o são aos seus negócios; nobres têm valores como duração, ociosidade e largueza; para os burgueses, os valores essenciais são tempo, trabalho, cálculo. Aos nobres é associado o pecado do orgulho; aos burgueses, a cupidez... e assim por diante. Vemos que o que caracteriza os burgueses, por excelência, é a atividade mercantil, o trabalho medido pelo tempo e pelo dinheiro. Também a cidade se organiza em torno dessa atividade. A cidade é a encruzilhada das comunicações, dos intercâmbios e trocas.

Diante das dificuldades de definição da cidade medieval (pelas denominações, número de habitantes etc.), Le Goff opta pelo critério da implantação eclesiástica, mais especificamente a implantação dos conventos mendicantes que, por viverem de doações, faziam regularmente um estudo prévio das condições - econômicas, demográficas etc. - que as cidades ofereciam para sua instalação. Claro fica que tais instalações dependiam do nível de atividades e

fortuna dos burgueses. Delimitadas as cidades, vemos que elas originam-se da necessidade de uma função econômica: o mercado, necessário inclusive para o próprio sistema feudal, que precisa abastecer-se dos bens fabricados ou comercializados nas cidades: as feiras e mercados são fenômenos urbanos; os mercadores “são a quintessência da sociedade urbana” (p. 72).

A cidade se compõe ainda em torno das corporações, as *universitas*, surgidas em meados do XII. Trata-se das organizações dos ofícios em estatutos e hierarquias. Através delas, os burgueses, devidamente agrupados e regularizados, se protegem e se controlam mutuamente; nelas sua coletividade se faz visível. Essa coletividade expressa a realidade ideológica da cidade: “um grupo de homens que têm uma vida comum no âmbito de um mesmo direito” (p. 83). A partir das corporações, dá-se a distribuição da população em bairros, com grupos sociais de relativa homogeneidade. Os ofícios burgueses marcam a paisagem urbana.

Corporação de tipo especial e superior serão as universidades, surgidas nos fins do XII, das escolas urbanas.

Note-se que as primeiras escolas urbanas destinadas a crianças laicas são frutos também da iniciativa dos burgueses, que necessitavam do conhecimento da leitura, escrita e cálculo para suas atividades de comércio. Tais escolas suscitam a alfabetização de grande parcela da sociedade, o que vai ocasionar a partilha de um instrumento de poder, os registros oficiais, e a possibilidade de uma memória burguesa, a partir dos arquivos.

Nessa dinâmica entre burguesia - mercado - cidade vão surgindo os espaços concretos das cidades medievais, delineados por Le Goff com o auxílio de consultas a pesquisas regionais, com a rica acumulação de documentos, casos e particularidades que formam um tecido conjuntivo indicando a(s) disposição(ões) da cidade medieval. (Abro um parêntese para a triste observação ao leitor desavisado de que, se por seu turno, Le Goff utiliza-se de numerosos estudos de outros diversos historiadores para melhor exemplificar e demonstrar suas teses, nós, leitores da edição brasileira, ficamos privados da bibliografia que consta da edição francesa, que ainda traz, de quebra, belíssimas ilustrações.)

A cidade avistada por Le Goff também se caracteriza por mesclas: e ainda são os mercados e as feiras que as proporcionam, entre outras espécies de intercâmbios. A essas verdadeiras festas mercantis, realizadas nas praças, concorrem o camponês, o eclesiástico, o burguês, o cavaleiro, os pobres... Aí se dá o encontro da cultura popular e da cultura erudita - cujo comércio se manifesta, por exemplo, nos jograis; aí se dá o encontro do rural e do urbano, que aliás está presente na própria constituição do citadino: os habitantes das cidades são camponeses recém-imigrados; os limites físicos das cidades, as muralhas, deixam permanecer no seu interior campos cultivados, prados..., ao mesmo tempo em que a cidade transborda as muralhas com suas feiras, patíbulo, conventos etc.

Como coroamento do crescimento e apogeu das cidades medievais francesas, Le Goff nos apresenta o êxito de Paris, que se torna a capital do poder real em ascensão, centro econômico e, principalmente, centro intelectual da

Cristandade Ocidental. O autor nos descreve o desenrolar do fenômeno físico da urbanização em Paris, a precursora "supressão, no espaço urbano, da natureza, o triunfo do artifício urbano" (p. 137) que logo dará forma a todo o universo citadino do Ocidente.

As raízes da configuração do mundo moderno dos Estados estão traçadas na descrição dessas cidades medievais, sob os ângulos diversos que o autor adota. Ele se debruça sobre a tomada de consciência urbana, a função econômica, as categorias sociais, funções políticas e representações culturais, novas e remanescentes, dentro do círculo urbano e à sua volta. No exercício de procura de uma "História total", que abarque não só os aspectos materiais, mas, e principalmente, as mentalidades, *O Apogeu da Cidade Medieval* encaixa-se no conjunto da obra de Le Goff com uma organicidade surpreendente, fornecendo a cena urbana ao quadro pictórico da Idade Média que o autor compõe.

Teresa Candolo-Câmara